



Questões ontológicas e metodológicas da educação ambiental crítica no capitalismo contemporâneo

Carlos Frederico B. Loureiro¹

Resumo: No presente artigo, sintetizo alguns aspectos da palestra de encerramento proferida durante o X Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental (Edea), realizado nas dependências da Universidade Federal de Rio Grande (Furg) em novembro de 2018. O tema abordado foi a educação ambiental em um contexto de retrocessos no campo dos direitos, dos reconhecimentos e das lutas populares. Para tanto, inicio com uma breve caracterização do capitalismo contemporâneo no Brasil. Trato em seguida da especificidade ontológica e metodológica da educação ambiental crítica. Por fim, me posiciono, reafirmando sua importância estratégica e sua atualidade no enfrentamento das múltiplas formas de destruição da vida que se intensificam com a crise política e econômica vigente.

Palavras-chave: educação ambiental crítica – ontologia- metodologia

Ontological and methodological issues for critical environmental education in contemporary capitalism

Abstract: The articles synthetizes some aspects approached by my closing speech for the 10th Meetings and Dialogues with Environmental Education (X Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental – EDEA), at the Federal University of Rio Grande (Universidade Federal do Rio Grande – FURG) in November 2018. It approaches the theme of environmental education in a context of retrogression for the fields of rights, recognition and popular struggle. The first part briefly characterizes contemporary Brazilian capitalism. The following section deals with ontological and methodological specificities of critical environmental education. Finally, I take a stand by reaffirming the timely and strategic importance of critical environmental education in facing the current political and economic crisis and the several resulting forms of life destruction.

Keywords: critical environmental education – ontology – methodology

¹ Professor Titular da Faculdade de Educação da UFRJ. Pesquisador CNPq. Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade – LIEAS/UFRJ.

Cuestiones ontológicas y metodológicas de la educación ambiental crítica en el capitalismo contemporáneo

Resumen: El artículo es síntesis de aspectos que traté en la charla de cierre del 10º Encuentros y Diálogos con la Educación Ambiental (X Encontros e Diálogos com a Educação Ambiental – Edea), que tuvo lugar en la Universidad Federal de Río Grande (Universidade Federal do Rio Grande – Furg) en noviembre 2018. El tema central es la educación ambiental en un contexto de retrocesos en el campo de los derechos, del reconocimiento y de las luchas populares. La primera parte trata de caracterizar el capitalismo brasileño contemporáneo. La segunda se acerca de las especificidades ontológicas y metodológicas de la educación ambiental crítica. Por fin, tomo posición por la actualidad e importancia estratégica de la educación ambiental para afrontar las múltiples formas de destrucción de la vida intensificadas por la presente crisis política y económica.

Palabras clave: educación ambiental crítica - ontología - metodología

Introdução

Vivemos em um tempo histórico em que forças ultraliberais com ideologias conservadoras repletas de intolerância, ganham espaço político em vários países, assumindo governos e disseminando uma cultura de ódio e extermínio do diferente, particularmente do pensamento crítico. Ainda que, no geral, estejamos impactados pela velocidade com que esse tipo de discurso e prática conquista espaços sociais e adeptos, é preciso reconhecer que sua emergência não se constitui em uma novidade ou em algo que anteriormente não foi previsto em alguma medida.

Entre as inúmeras “escolas” de pensamento que se inscrevem na tradição crítica, inaugurada no século XIX, algumas destas, principalmente as que abordam a dinâmica econômica do sistema-mundo, as formas de trocas desiguais entre países e a superexploração do trabalho no capitalismo, desde a década de 1970, anunciavam a possibilidade de uma guinada à direita rumo ao fascismo. Esse movimento viria acompanhado de um discurso feroz contra o pobre (e não contra a pobreza), contra o negro, a mulher, o migrante, os trabalhadores e trabalhadoras assalariadas e informais, em uma política deliberada de extermínio de culturas, povos e práticas sociais incompatíveis com a dinâmica do mercado global, no processo de financeirização da economia.

Essa guinada viria também, no caso da América Latina, acompanhada pela violenta expropriação de territórios de povos tradicionais em nome da expansão das atividades extrativistas decorrentes da reprimarização da economia, implicando no aguçamento da degradação ambiental e perda de biodiversidade. O anúncio do que de fato está se realizando, não era e nem continua sendo uma visão catastrofista, mas realista. E os

motivos para se projetar esse cenário eram bem evidentes para quem pesquisava com rigor metodológico, e na perspectiva da compreensão e explicação da totalidade e das contradições sociais.

No Brasil, após a ditadura empresarial-militar, alguns desafios estruturais se mostraram agudos para as classes dominantes: como manter o controle do Estado, considerando a história de práticas pouco democráticas, clientelistas e de favorecimentos (distribuição de cargos, loteamento partidário, corrupções variadas etc.); e como garantir o padrão de acumulação de riquezas e realizar a valorização do dinheiro materialmente em uma fase de ampliação do capital financeiro, considerando a relação de subordinação na geopolítica e na economia mundial.

As crises estruturais recorrentes e cada vez mais intensas nesse processo, apresentaram possibilidades emancipatórias, mas igualmente potencialidades de radicalização de um discurso à direita que entendia tais crises como sendo: de um Estado interventor (como se este não o fizesse por força de interesses privados), de uma educação voltada para a cidadania e não para a formação de mão de obra; e de um povo que não possuía características favoráveis ao desenvolvimento econômico (sendo necessário instituir uma sociabilidade fundada em valores conservadores e na meritocracia).

No Brasil, entre as alternativas que se mostraram historicamente, trilhamos caminhos complexos com avanços e recuos, mas predominantemente vivemos a partir de 2016, intensificada em 2019, uma “onda” de retrocessos no âmbito dos direitos de cidadania e nas políticas ambientais, com o avanço de forças sociais de extrema direita. Particularmente naquilo que diz respeito à questão ambiental, a retirada ou flexibilização de instrumentos de regulação estatal, a liberação de atividades extrativistas e do agronegócio em áreas protegidas e territórios indígenas e quilombolas (vistas como improdutivas para o capital), e a redução de direitos trabalhistas, virou uma exigência para a realização de seu projeto político.

E a educação ambiental diante disso?

Entre vários aspectos que podem ser abordados, pretendo a seguir tratar daqueles que considero mais centrais para uma fundamentação teórica e de orientação estratégica para a construção de alternativas populares, voltadas à justiça social e ambiental. Para tanto, começo pelo entendimento dos determinantes históricos da fase atual do capitalismo brasileiro, em seguida trato de aspectos de método de análise do movimento do real e de

questões ontológicas que estão no cerne das pedagogias críticas, retomando, ao final, a relevância da educação ambiental crítica para a transformação da realidade socioambiental.

Colonialismo, capitalismo e colapso ambiental

Dussel (1993), na obra clássica *1492: O encobrimento do outro*, destaca que o projeto de expansão do modelo eurocêntrico de civilização se inicia ao final do século XV a partir de práticas econômicas e políticas decisivas para a consolidação do capitalismo como forma social dominante na Europa. Isso se deu com base em um duplo movimento. A expansão do comércio e das trocas mercantis, a violenta apropriação privada das terras e a eliminação pela força militar e de Estado de toda e qualquer outra forma de sociabilidade comunitarista, não patriarcal e religiosamente plural que não fosse compatível com o projeto burguês de sociedade na própria Europa (Federici, 2017). Junto a esse movimento interno, o encobrimento, a subalternização ou mesmo a eliminação de outras civilizações, povos e costumes nas Américas e posteriormente em África com a colonização. Isso se deu por meio do saque brutal de seus saberes e riquezas naturais e do esmagamento de outras sociabilidades que não fossem as impostas desde a Europa.

As formas originárias de expropriação de terras e saberes geraram a devastação de ecossistemas e a ocupação violenta do campo, a expulsão de populações para privatização de territórios e a extração intensiva de recursos do solo e do subsolo. Tais práticas asseguraram a acumulação do capital na Europa e sua reprodução expandida, com posterior ampliação da forma social capitalista pelo mundo (Marx, 2013).

Na primeira década do século XXI, com o aumento do preço das *commodities* minerais, o extrativismo mineral se ampliou em territórios latino-americanos (Petras, 2014). Esse fenômeno contemporâneo, chamado neoextrativismo, é um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico com baixa industrialização e capacidade tecnológica e na apropriação de recursos naturais, em cadeias produtivas pouco diversificadas e em uma inserção geopolítica e geoeconômica subordinada.

Para tanto, o Estado, controlado por frações das classes dominantes que se beneficiam desse padrão de acumulação, tem um papel ativo, buscando legitimação por alguns meios. O principal a ser destacado, naquilo que cabe em um artigo voltado para educadores e educadoras ambientais, é a afirmação incisiva de um discurso, radicalizado com a posse do novo governo brasileiro em 2019, que defende que o crescimento econômico de mercado traz prosperidade e qualidade de vida, e que os impactos

ambientais devem ser regulados pelo próprio mercado. Mais do que isso, na base de tal discurso hegemônico encontra-se a dissociação das relações sociais na formação das pessoas, que passam a uma condição de únicos responsáveis pelo que acontece, sendo seu sucesso ou fracasso uma questão de mérito individual. Chega-se ao cinismo quando, em defesa das mineradoras, da indústria petrolífera, do agronegócio e da pecuária, se tenta convencer de que o Brasil tem muitas áreas protegidas e que os territórios indígenas e quilombolas são demasiados diante da urgência de abrir caminho para as atividades econômicas.

Assim, a escala de produção neoextrativista no Brasil, ancorada na violência no campo e na intensificação no uso dos recursos naturais, é pouco diversificada, centralizada e controlada por um número reduzido de famílias, levando a desigualdades e injustiças ambientais e a uma política de extermínio de povos tradicionais. As contradições desse padrão de desenvolvimento econômico são legitimadas por ideologias que banalizam a barbárie socioambiental em nome da “saúde econômica”, como se não fosse possível ter outras economias, cíclicas e compatíveis com as necessidades humanas e ecológicas. Uma das consequências disso tudo é a explosão dos conflitos ambientais, visíveis na dinamização das lutas pela terra, dos movimentos sociais indígenas, quilombolas, dos trabalhadores da pesca e camponeses, e o aparecimento de novas formas de mobilização e participação cidadã centradas na defesa dos bens naturais e comuns.

A unidade da diversidade de posicionamentos antissistêmicos que se impõe no contexto atual de crise do capitalismo (Fontes & Miranda, 2014) firma inúmeros desafios. Eles se referem, entre outros, a uma educação popular – e, diria, uma educação ambiental crítica – que crie um diálogo de saberes e conhecimentos científicos caracterizado pela elaboração de um saber independente dos discursos dominantes, pela valorização dos saberes tradicionais e das práticas dos trabalhadores que estão pressionados pela escassez de trabalho assalariado e pela precarização das condições de trabalho.

Tal complexidade das práticas antissistêmicas coloca como diretriz para a educação ambiental crítica a aceitação de que os sujeitos com os quais se faz o processo educativo são os que estão diretamente na base material das contradições sociais e que encarnam a negação do que está posto como sociedade. É com eles que aprendemos e produzimos alternativas concretas e nos constituímos como novos seres humanos.

Pensando em termos pedagógicos, quando partimos de sujeitos e situações concretas, a dimensão conflitiva é tratada, tornando-se possível compreender que os

problemas e os temas ambientais não são neutros ou passíveis de resolução apenas pela intervenção técnica ou pelo desejo moral individual. A historicidade passa a ser constitutiva da atividade pedagógica, não cabendo mais como suficiente a constatação do problema ou o voluntarismo para resolvê-lo, sendo vital a problematização que leve ao conhecimento da sua dinâmica causal e dos agentes sociais envolvidos.

Tratar a conflitividade na educação ambiental crítica não é reforçar posturas agressivas ou violentas. Uma coisa não tem relação com a outra. É possível adotar estrategicamente posturas que partam de consensos ou práticas não questionáveis – reuso de água, captação de água de chuva, horta escolar, coleta seletiva de resíduos sólidos, plantio de mudas etc. – e ao mesmo tempo agir de modo muito menos tolerante e mais impositivo, ocasionando relações violentas e opressoras. Uma coisa é a postura diante do outro. Muito diferente disso é a abordagem pedagógica e o que se busca como finalidade educativa. Se a finalidade é a transformação social – e, nesse movimento, a pessoal – através de um fazer educativo emancipador (Freire, 2016), não se podem negar os conflitos que emergem de uma sociedade historicamente desigual nos usos e apropriações materiais e simbólicas da natureza.

Isso politiza a educação ambiental e exige posicionamento de seus sujeitos quanto a projetos de sociedade e de sustentabilidade almejados. A necessidade de se posicionar leva a uma postura reflexiva sobre a realidade, à compreensão complexa das responsabilidades e direitos de indivíduos-grupos-classes, a uma prática que atue tanto no cotidiano quanto na organização política para as lutas sociais.

Questões de método

Para o pensamento crítico, as analogias simples entre o que realizamos e produzimos em tempos históricos distintos é anacrônico, e geram entendimentos que ignoram as mediações sociais específicas. Com isso, perde-se o principal: a capacidade de explicar algo tendo por fundamento o que lhe é próprio, suas determinações, os modos de existir em/de uma sociedade e suas relações sociais. Para as “escolas” críticas, os conceitos não podem ser entendidos fora de seus momentos históricos, da totalidade social em que se dão, como se fossem ideias independentes. Conceitos são esforços de compreensão e definição de algo e sua expressão pela linguagem. Um mesmo conceito pode se apresentar de forma diferenciada em sociedades distintas ou numa mesma sociedade em momentos históricos diferentes (Loureiro & Viégas, 2013).

Por exemplo, o dinheiro, expresso em moedas, depois em notas e hoje em números virtuais, é anterior ao capitalismo. Mas, nesta forma social, ganha em complexidade e, portanto, não pode ser entendido e explicado como se estivéssemos em qualquer outra sociedade anterior. É um meio de troca que facilita o comércio e sua expansão, é uma mercadoria nas trocas financeiras por intermédio do capital bancário, e é a forma por excelência de representação do capital, que é uma relação social que expressa o modo como se produz riqueza pela expropriação e a propriedade privada. É também uma referência material numérica do quantitativo de capital produzido nos circuitos econômicos. Desse modo, o acúmulo de capital expresso em volume de dinheiro possuído privadamente se torna a condição para a reprodução social em suas formas desiguais: aquele que detém o dinheiro detém o controle da produção, do que se produz e da política de Estado. Se o dinheiro deixar de ser essa referência material, significa literalmente que o capitalismo se alterou ou foi superado como sistema econômico.

Cabe lembrar que um movimento similar deve ser feito na análise de fenômenos particulares. Não adianta entender as determinações mais gerais do capitalismo se não conseguirmos entrar naquelas que dão materialidade a cada fenômeno. O capitalismo na Alemanha não é o mesmo que o brasileiro ou norte-americano, e assim sucessivamente. É preciso buscar a compreensão de totalidades distintas, complexos relacionais que se inserem em complexos mais amplos ou que contém complexos menores, conforme a questão que nos colocamos.

Assim, para o pensamento crítico, o conceito simples não é suficiente, posto que exprime o que há em comum. Metodologicamente, portanto, é preciso mergulhar nas experiências pessoais que permitem confrontar as teorias com o real vivido, chegando a um complexo de determinações que alteram qualitativamente o conceito em sua particularidade (Dussel, 2012). O conceito como pura generalização leva a naturalizações do que é histórico ou a um contínuo no modo de conceber as sociedades. O conceito como expressão do movimento de apreensão do real é histórico e traz a mudança e a transformação como algo intrínseco ao que existe.

Dizer, portanto, que sempre se destruiu a natureza, pressupõe duas confusões conceituais. A primeira é igualar a destruição com a transformação da natureza para a criação de meios de vida, afirmando que qualquer forma de uso é inerentemente prejudicial. A segunda é dar um conteúdo universal e atemporal à destruição, considerando-a similar em qualquer tempo histórico, favorecendo discursos fatalistas e

imobilistas. Alguns exemplos são as frases “as pessoas sempre destruíram”, “a destruição começou com o primeiro humano na Terra”, e “não importa a sociedade, o problema são as pessoas que destroem”, que pensam as pessoas como se fossem independentes das sociedades pelas quais se constituem. Desse modo, perde-se a capacidade basilar de responder: em qual sociedade e, conseqüentemente, que tipo de pessoa estabelece o que identificamos como destruição ambiental? Perde-se igualmente a capacidade de estabelecer relações, nexos, explicações que permitam a problematização dos fenômenos, a crítica ao existente e a possibilidade de elaborar alternativas com referência à materialidade em que estamos imersos.

Marx e Engels (2007), entre outras obras, já ressaltaram que o que precisa ser explicado não é o fato de sermos natureza, mas o que levou à fratura metabólica sociedade-natureza, às ideologias que concebem o ser humano separado da natureza. Por que essa ênfase? Porque o que queriam destacar é exatamente a necessidade de pôr em questão o que é único e singular e diferencia um momento histórico de outro, uma forma social de outra, possibilitando vislumbrar a criação de alternativas práticas.

Mais do que isso, o ato de conhecer, no pensamento crítico, não é uma descrição dos fenômenos e sua sistematização, organizando a realidade de determinada forma. Tampouco é a aplicação formal de um método que reúne técnicas de investigação que nos levam ao conhecimento. É muito mais. É o confronto entre o conhecimento prévio que carregamos em nossas visões de mundo e o real, nos movimentando em direção a um novo conhecimento que nos mobilize para certos fins. É o movimento metódico de apreensão do real pela explicitação das relações que formam uma totalidade. É um complexo relacional que se torna compreensível.

A degradação e a destruição ambientais são o imediato com o qual nos confrontamos e são o ponto de partida enquanto questões que nos mobilizam e que queremos superar. E qual é a concretude desse fenômeno? O que há de próprio nele na atualidade que o diferencia de outras formas anteriores de interação metabólica sociedade-natureza?

O capitalismo faz uma inversão qualitativamente decisiva em relação a qualquer outra formação social conhecida. A produção de excedentes, ou seja, de produtos além do necessário para a satisfação imediata de sobrevivência, era condição para que as pessoas realizassem algo propriamente social para além de se manterem vivas e enfrentarem adversidades naturais ou ameaças oriundas de outros povos. A industrialização e o avanço

tecnológico propiciados pela concorrência capitalista geraram um aumento extraordinário de produtividade e, portanto, de excedentes materializados na forma de capital (Marques, 2016).

Estes, sob relações de produção fundadas na apropriação privada dos meios e da riqueza produzida, se acumulam em um contingente populacional mínimo. Tornam-se assim a própria finalidade de produzir, reproduzindo uma sociabilidade hierárquica, dominadora, fragmentadora, cujo Estado, cuja economia e cuja política são controladas por quem detém o capital. Com isso, se antes o excedente permitia segurança e sobrevivência, agora, na forma capital, cria risco de sobrevivência em função da destruição progressiva da natureza e da subordinação da atividade criadora humana aos imperativos econômicos.

A riqueza, transformada em capital, gerou um outro fenômeno igualmente único. A pobreza diante de uma geração monumental de ativos econômicos, culturais e cognitivos. A concentração desses ativos, bem como da renda, ampliou-se no último século, com pequenos intervalos de modestas retrações nos índices de desigualdade. Isso condenou a maioria da população a níveis deploráveis de vida, principalmente se considerarmos que existe capacidade instalada para resolver a fome, o analfabetismo, a insalubridade, algumas doenças epidêmicas e a falta de moradia. Se antes a escassez era decorrente da baixa capacidade produtiva e desenvolvimento tecnológico e científico, gerando a pobreza, agora, tem-se a abundância trazendo a pobreza como a face inversa da mesma moeda. Quanto mais a sociedade revela sua capacidade de produzir riquezas, tanto mais aumenta o contingente de despossuídos das condições materiais de vida.

Esse tipo de estrutura social impede a universalização da infraestrutura básica de saneamento, energia elétrica, água etc., por não serem imediatamente lucrativos. Amplia também as formas de impacto ambiental já presentes no processo produtivo, uma vez que as massas populacionais postas em condições de miséria acabam por pressionar com desmatamentos, poluição hídrica, ocupações desordenadas etc. Além disso, estimula a adesão do trabalhador assalariado, que teme perder seu emprego, ao discurso desenvolvimentista como garantia de estabilidade econômica, mesmo que ampliando a destruição ambiental.

As promessas de felicidade e satisfação pelo consumo insaciável de mercadorias, fomentadas por ideologias difundidas por meio da educação e da comunicação para dar vazão ao gigantismo da produção de mercadorias – muitas absolutamente supérfluas –, geram um ciclo crescente entre consumir, descartar, comprar para saciar desejos que só

existem à medida que se trabalha mais para consumir mais. É uma sociedade que transforma até o lazer em mercadoria, criando uma espiral de frustrações.

Com isso, o capitalismo assenta sua aceitação na promessa de um conforto que não se universaliza, de um sucesso meritocrático que agudiza a competitividade e o egoísmo e na ideia de que o crescimento econômico é a única alternativa para gerar bem-estar e prosperidade, ainda que isso signifique o sacrifício da vida – seja ela humana ou não.

A sociedade contemporânea tem outro traço único: é global. O modo de produção capitalista se tornou no século XX a forma dominante e avassaladoramente expansiva de sociabilidade e organização do Estado e da economia. Os bens de consumo, a organização das cidades, as tecnologias e os hábitos são padronizados segundo os parâmetros norte-americanos e europeus. Com isso, efeitos antes localizados se tornam universalizados e com consequências imprevisíveis. A troca mercantil, a vendabilidade universal de mercadorias – inclusive e fundamentalmente a força de trabalho humana – se tornam a finalidade e o sentido para o qual se direcionam as energias criativas. Esse trabalho alienado estabelece a falha metabólica na relação sociedade-natureza, o desrespeito aos ciclos naturais e atinge a capacidade de suporte dos ecossistemas na interação com as diferentes sociabilidades (Foster, 2005).

Essas formas de interação metabólica com a natureza, estabelecidas no processo de trabalho social, possuem mais um efeito importante, do ponto de vista da educação ambiental: a alienação, o estranhamento na relação com o outro. A relação alienada impõe no plano cognitivo o que pode ser chamado de mecanismo de dissociação: a perda do entendimento da totalidade social. A fragmentação propiciada pela racionalidade instrumental e pela divisão social do trabalho facilita que se separem mentalmente os impactos ambientais de suas causas. Assim, a norma instituída e o modo como se produz se tornam legítimos ou não problematizados, e a crítica, um questionamento descabido.

Mais do que antes, as lutas se complexificam diante dos desafios postos pela crise ambiental. Isso exige que as formas clássicas de organização dos trabalhadores revisem seriamente suas crenças desenvolvimentistas, que reproduzem as ideologias dominantes, e a fé no crescimento econômico para gerar emprego. Já as organizações ambientalistas precisam considerar sua politização e sua adesão às lutas populares. Os povos tradicionais e demais expropriados, por sua vez, precisam buscar pontos em comum com todos aqueles que possuem suas vidas negadas nessa sociedade, em processos dialógicos que resultem em novas esperanças de transformação social.

Questões ontológicas

Conforme Dussel (2018), Marx – tomado como referência intelectual e teórica principal para todo o pensamento crítico – concebe os seres humanos como uma comunidade vivente – o que é distinto de nos conceber como seres isolados, determinados biologicamente, que interagem produzindo uma sociabilidade. A sociedade não é para o autor uma derivação das interações entre indivíduos, mas condição para que se seja indivíduo. Ao mesmo tempo, ela só existe à medida que as pessoas existam. Dialeticamente, um não existe sem o outro.

Em Marx, o indivíduo é em comunidade. E essa afirmação decorre do modo como ele analisa diferentes modos de produção e formações sociais ao longo da história. Nesses termos, ser humano é ser social e somente em sociedade se efetiva o que é propriamente humano. A vida humana, que se define pela interação biológico-social, é critério último de juízo teórico e prático, não podendo ser negligenciada, violada ou subordinada à condição de fonte para o trabalho objetivado em relações alienadas, em valor-trabalho que homogeneiza o ato criador humano em equivalentes para permitir precificar as trocas de mercadorias, transformando o que é meio em finalidade da existência.

Assim, a vida humana em sociedade – porque só se vive nesta – é o trabalho vivo, a produção material da existência, a atividade criadora e intencional, a práxis, que são constitutivos das relações sociais e das formas de organização da sociedade. O trabalho vivo, fonte de toda riqueza social, está para além do capital, mas a necessidade de vender a força de trabalho coloca o trabalhador subsumido ao capital, tornando-o parte de sua totalidade alienada.

O que deve ser explicado, pois é fonte de inúmeras confusões e afirmações descabidas, é que não se está afirmando que as relações econômicas – formas pelas quais organizamos e atendemos materialmente nossas necessidades – antecedem as demais na história, mas que estas são ontologicamente mediações sociais fundamentais para que possamos fazer, significar, criar sentidos linguísticos, culturas, formas de organização e distribuição da riqueza social.

Há mais alguns aspectos importantes que se inserem nessa linha de argumentação. Um primeiro diz respeito à coevolução sociedade-natureza. Desde nossa presença no planeta, as transformações feitas na base natural modificaram ecossistemas, por vezes ampliaram a biodiversidade – por vezes a reduziram –, estabelecendo um processo

coevolucionário que se expressa em nossas culturas e cosmovisões e na possibilidade de continuarmos existindo ou não como espécie.

Outro aspecto se refere ao fato de que, mesmo que ser socialmente seja um atributo estritamente humano, nunca e sob nenhuma condição deixamos de ser natureza – o que nos obriga a um senso de pertencimento e de reconhecimento de que tudo o que fazemos ao planeta expressa o modo como nos tratamos enquanto pessoas. O estranhamento do outro é, em última instância, um estranhamento da natureza, e sua destruição é um sintoma de que as relações sociais estão fundadas sob processos destrutivos.

O terceiro é a constatação de que, se buscamos conhecer um fato ou fenômeno, é preciso partir da totalidade social em que este se insere, não cabendo dissociações entre questões de raça, de gênero, de classe, geracionais, religiosas etc. O que, por sua vez, não significa que possam ser tratadas por analogias ou derivações das questões econômicas. A totalidade é feita por relações, portanto, mediações sociais em que a unidade é do diverso e, para sua compreensão, não se pode prescindir do entendimento do modo de produção da vida.

Insisto nesse ponto para superar definitivamente afirmações descabidas de que o pensamento crítico sofre de um economicismo e um reducionismo à categoria classe social. Isso só seria uma posição razoável se as categorias sociais fossem derivadas da produção material, como em alguns materialismos positivistas. Marx, no entanto, falou algo muito diferente disso. Enfatizou que todas as categorias sociais são mediadas e possíveis no processo histórico de existência material. Uma não antecede ou deriva da outra. Uma se dá pela outra, determinando-se mutuamente. A antecendência ontológica é no sentido de que na práxis, o momento do trabalho enquanto metabolismo sociedade-natureza, produção dos meios de vida, estabelece o salto em que deixamos de ser puramente biológicos e nos tornamos também sociais, determinando a forma como o processo social se dá (Infranca, 2014).

O sentido transformador das relações em uma ontologia do ser social, desse modo, não é uma questão de vontade pessoal. Nasce com o trabalho e sua função mediadora das relações com a natureza, alterando qualitativamente esta e as pessoas, transformando potência em ato. Esse movimento propicia ainda a criação de alternativas, que, ao se efetivarem, estabelecem as adequações entre meios e fins. É oportuno dizer que essas alternativas não nascem, evidentemente, no indivíduo, mas nessas interações. São,

portanto, fenômenos sociais que se configuram segundo a consciência histórica dos sujeitos que agem e os limites dessa sociedade.

A rigor, as alternativas possíveis são individuais e societárias – e jamais simplesmente se desdobram dos indivíduos para a sociedade. Assim, se as alternativas se dão na complexidade das relações sociais, a educação ambiental crítica não se realiza do sujeito para o mundo, mas entre sujeitos que coletivamente agem para transformar o mundo e se transformar. Não há, conseqüentemente, o falso dilema sobre quem vem antes: mudar as estruturas para mudar as pessoas ou mudar as pessoas para mudar o mundo. O movimento de superação na construção das alternativas factíveis é uno.

Nesses termos, o pôr teleológico é o ato intencional que nos leva a escolhas segundo cada situação. Esse ato, que satisfaz necessidades materiais ou simbólicas e nos abre a novas necessidades e alternativas, é um atributo que se localiza estritamente nas ações humanas, com destaque para o trabalho e, no plano da sociabilidade, a educação – e não a história ou a natureza (Lukács, 2010). Com isso, dissolve-se, para o pensamento crítico, a ilusão de que somos necessariamente a finalidade última da natureza – ápice final das espécies – ou de que é inevitável chegar a outra forma social. A superação histórica é uma possibilidade posta como potência pelo capitalismo por força de suas próprias contradições – o que não significa dizer que obrigatoriamente alcançaremos outro patamar civilizatório, por mais que desejemos.

Coerentemente com tudo o que foi escrito, seria um equívoco elementar pensar classe como uma relação ou um conceito estático. Afirmar que há duas classes fundamentais no capitalismo serve unicamente para ressaltar que estas são originárias no e do capitalismo, em que há uma classe que detém os meios de produção (a burguesia) e outra que vende sua força de trabalho (o proletariado). Mas classe é uma categoria que se refere ao lugar das pessoas nas relações de produção, às formas de propriedade e apropriação da riqueza social, ao modo como distribuimos tal riqueza e a organizamos – inclusive espacialmente – e ao modo como agimos nessas relações – nossa ação política. Ela remete às expropriações – de terras, conhecimentos, técnicas etc. –, aos “muros” que separam quem tem de quem não tem o que é socialmente necessário para se viver, e à “liberdade” das pessoas para venderem sua força de trabalho, sua corporeidade, transformando os trabalhadores em mercadorias. Classe é um processo sociopolítico que se dá nas relações de produção da vida e um conceito histórico.

Mais do que isso, é uma categoria conceitual decisiva para não confundir os pares dialéticos igualdade/desigualdade e diferença/homogeneização. O pensamento liberal, que parte do princípio de que a ação humana é estritamente individual – descolada da sociedade –, assume uma ontologia inversa à defendida e naturaliza as desigualdades ao toma-las como um fenômeno derivado das diferenças humanas. Isso acaba por legitimar o capitalismo como a forma social que corresponde à natureza humana e, portanto, o horizonte civilizatório máximo a ser alcançado.

Junto a isso, transforma a desigualdade e a diferença em conceitos sinônimos. Isso é um problema, um equívoco, uma vez que o par igualdade/desigualdade se refere à produção da riqueza material e seu uso social, enquanto o par diferença/homogeneização remete ao modo como nos singularizamos na vida social. Assim, a igualdade é condição para a plena manifestação das diferenças. Para o pensamento crítico, a igualdade é fértil pela diversidade cultural que faz brotar. Na desigualdade, a diversidade fica obliterada pelas formas de subalternização e submissão aos interesses econômicos de mercado.

Lembremos que o capitalismo surge no final do século XV junto com o capital comercial e a brutal colonização da América, assim como as violentas formas de expropriação dos povos do campo na Europa, retirando deles a propriedade da terra, dos instrumentos e, posteriormente, de conhecimentos e técnicas de produção. Com as expropriações, os sujeitos, os trabalhadores vivos, perdem a condição de produzir diretamente em seu processo de sobrevivência e criação.

A subordinação dos meios de produção aos proprietários, aos detentores do dinheiro, se torna o determinante das relações sociais, alienando o trabalhador do seu produto. Assim, para participar do processo de trabalho, o trabalhador é obrigado a vender sua corporeidade, sua capacidade de trabalho, por uma renda, chamada de salário. Isso define uma relação originária do capitalismo: o sujeito vê seu corpo e seu saber transformados em mercadorias, e não por acaso seu corpo lhe parece algo externo e independente da alma.

Pela primeira vez na história, tudo – ser humano e natureza – pode ser fragmentado, transformado em mercadoria e vendido. A universalidade da troca mercantil configura a subjetividade que passa a encarnar essas relações: o indivíduo na sociedade capitalista, cujo padrão dominante é ser branco, burguês, heteronormativo, cristão, moldado em culturas europeias que foram impostas ao conjunto dos povos. Os demais padrões e modos de vida, quando aceitos ou tolerados, o são na maioria das vezes de forma subalternizada e

hierarquizada. Ou ainda, quando possível, são incorporados aos interesses do mercado, inserindo-se na dinâmica de reprodução e ampliação do capital.

A dinâmica societária capitalista inverte o sentido da produção social, que deixa de ser a vida humana em sua sociabilidade e na satisfação de necessidades materiais e simbólicas e passa a ser a produção de riquezas transformadas em capital, que se concentram crescentemente não mão de poucos capitalistas. O sujeito se torna o objeto de outro objeto, que é o capital. O produto se torna impessoal. Ou, melhor, o sujeito se torna coisa e a coisa se torna sujeito. Ou ainda, a coisa se mostra como sujeito, subsumindo a vida humana e vivendo de sua morte.

Para Marx, o capital, ao ser o resultado de expropriações e do controle privado da produção dos meios de vida, é o trabalho acumulado direcionado para fins de reprodução de uma organização social desigual, hierarquizada, que separa trabalho intelectual de trabalho manual, que instrumentaliza a produção. É trabalho morto. Não por acaso, o denomina de sangue coagulado, aquele que não mais circula e propicia a manutenção da vida.

A inversão social operada está na base do fetichismo, da adoração do objeto criado e transformado em mercadoria, bem como do ocultamento das relações que o produzem. Ela afeta, portanto, o momento crítico – de busca do conhecimento das relações ontológicas, constitutivas de algo – e ético – de capacidade de julgamento das relações que trazem em si o sofrimento e a obliteração da liberdade criativa. Leva ainda a um ocultamento epistêmico da realidade, que fica circunscrita à imediatividade do aparente.

Atente-se. O que se está dizendo é que, para o pensamento crítico, as disjunções tão questionadas e rechaçadas pela educação ambiental não surgem na mente das pessoas nem nas escolas. Nascem nas próprias relações sociais, na materialidade histórica. As escolas reproduzem isso ao disciplinar os corpos e moldá-los para o mercado, ao disciplinar as matérias escolares em conteúdos culturais hierarquizados e dissociados. Por isso, mudar o modo de pensar deve se vincular à prática individual e coletiva, tensionando em direção às transformações sociais.

Todo esse debate leva de volta à discussão anterior de fundo metodológico. A crítica não é uma questão formal de método ou um exercício que devemos realizar em função de nossa capacidade racional de colocar tudo em questão. É uma exigência epistemológica e ontológica, de busca das determinações do ser e de explicações a partir do sentido que as relações complexas nos apresentam, permitindo-nos sair da

superficialidade do mundo das trocas de mercadorias e dos binarismos. Nesses termos, retomamos mais uma vez Paulo Freire, que tem nesse movimento ontológico-metodológico o salto qualitativo da consciência ingênua (simplificadora, dogmática) para a consciência crítica (problematizadora, dialógica, aberta ao novo).

Considerações Finais

Vivemos em um país, tomando como marco o ano de 2019, cujas forças sociais dominantes buscam remodelar o sistema educacional para a reprodução de uma sociabilidade moralmente conservadora e economicamente liberal. Esta se caracteriza, entre outras, pela mistura entre o ensino de crenças de uma única tradição religiosa e conhecimentos científicos, pela validação de um único formato de família e, deliberadamente, pela confusão conceitual entre gênero e sexo biológico. Esse modelo traz também uma defesa do capitalismo e do crescimento econômico como solução para a pobreza, aceitando a destruição ambiental como sua consequência. Responsabiliza cada indivíduo por seu sucesso ou fracasso nas relações de trabalho por meio da meritocracia e do empreendedorismo. O ambiental, nessa lógica, vale como exigência para a economia de recursos e a otimização da exploração. Cuidar do ambiente, assim, é relevante à medida que favorece o mercado.

A educação ambiental nesse contexto precisa se entender como educação, portanto, como processo social que se orienta para finalidades que atendem a padrões de sociabilidade específicos. Tal afirmação, anunciada ao longo das décadas, mas tantas vezes pouco problematizada, impõe posicionamentos epistêmicos e políticos e quanto a com quem criamos o fazer educativo. Aos educadores e educadoras ambientais, se partirmos de tal princípio, urge abrir diálogo com os expropriados e oprimidos, explicitar as determinações que levam à retração das políticas públicas da área, à sua ausência nas políticas curriculares e ao seu aparecimento – ainda que tímido – em políticas e práticas que exaltam o desenvolvimento sustentável, o pragmatismo, a inovação tecnológica e a idealizada solução individual.

Em tempos históricos de agudas crises societárias, é preciso saber de que lado se está na história e se a educação ambiental se fará no sentido das transformações sociais necessárias à vida em sua pujança e diversidade.

Referências

- DUSSEL, Enrique. El Marx del “segundo siglo”. *Cuadernos de Descolonización y Liberación*, v. 13, n. 21, jul.-dez. 2018.
- DUSSEL, Enrique. *A produção teórica de Marx (um comentário aos Grundrisse)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- DUSSEL, Enrique. *1492. O encobrimento do outro: a origem do “mito da modernidade”*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FONTES, Virgínia & MIRANDA, Ary. Pensamento crítico e as populações do campo, da floresta, das águas e... das cidades. *Tempus, actas de saúde coletiva*, v. 8, n. 2, jun. 2014.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- INFRANCA, Antonino. *Trabalho, indivíduo, história: o conceito de trabalho em Lukács*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. & VIÉGAS, Aline. Princípios normativos da educação ambiental no Brasil: abordando os conceitos de totalidade e de práxis. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 8, n. 1, 2013.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PETRAS, James. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. *Tensões Mundiais*, v. 10, n. 18-19, 2014.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 2a edição. Campinas: Edunicamp, 2016.
- MARX, Karl. *O capital*. V. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

Submetido em: 23-09-2018.

Publicado em: 30-04-2019.